

AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO
DISTRITO FEDERAL

**Pedido de pensamento da presente ação aos autos da Medida de
Proteção XX**

URGENTE

PEDIDO DE SIGILO

Fulano de tal, filha de Fulano de tal e XX, RG nº XX, CPF nº XX, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliada na XX, telefone XX, endereço eletrônico XX, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública Especializada da Infância e Juventude do Distrito Federal, propor

AÇÃO DECLARATÓRIA DE EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR

com base nos fatos e fundamentos que se seguem.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Nos termos do art. 141, §2º, do ECA, as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, salvo má-fé.

Ademais, a Requerente se declara hipossuficiente na estrita acepção do termo, não podendo arcar com as custas e emolumentos processuais, assim como honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

A propósito, o art. 99, §3º, do CPC prevê que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”, admitido o indeferimento somente “se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade” (art. 99, § 2º, do CPC) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

Pugna-se, assim, pela concessão da gratuidade da justiça, na forma do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, da Lei 1060/50 e da Constituição Federal.

DOS FATOS

A requerente é genitora de uma criança, do sexo **XX**, que recebeu o nome de **XX**, nascida em **XX**, no Hospital **XX**. Informa que, por ocasião do parto, informou a decisão de entrega à médica da unidade hospitalar que fez seu parto.

Declara que o genitor é pessoa com quem se relacionava à época da concepção, tendo o relacionamento findado

durante o **XX** mês de gravidez. Aduz que ele não tem interesse no exercício da paternidade, conhecendo e não se opondo à decisão de entrega em adoção da filha.

Após a comunicação do parto, o genitor disse não ter interesse em reconhecer civilmente a criança e reafirmou o desejo da entrega.

A Requerente afirma não desejar informar a identidade do genitor e nem seu endereço.

Relata que apenas três pessoas de sua família sabem da gestação (genitora, irmã e um tio avô). Segundo a Requerente, eles não têm interesse em exercer a guarda da criança e não se opõem à entrega em adoção. A esse respeito, relatou que sua mãe a expulsou de casa, com seus dois filhos, ao ser informada da gestação.

A Requerente informa que não convive com a família extensa, que reside no Estado do Piauí, há aproximadamente um ano e que esta, como um todo, desconhece a concepção. A Requerente afirma **NÃO** desejar que qualquer pessoa da família extensa seja procurada, tome conhecimento ou seja consultada sobre a criança, bem como exerça os cuidados ou a guarda. Além disso, informa **desconhecer** a existência de qualquer pessoa da família extensa apta ao exercício da guarda.

A Requerente deixou a criança no hospital no dia **XX**, após alta hospitalar. Em **XX**, ligou no Hospital do Paranoá para reafirmar sua decisão. Já no dia **XX**, recebeu uma ligação de uma assistente social, **Fulano de tal**, informando que a criança havia sido acolhida e que assim permaneceria até decisão judicial.

Ademais, relata que no dia **XX** foi informada, por representante da SEFAM, sobre a diferença entre guarda e adoção e novamente orientada a formalizar sua decisão, para que a filha não permanecesse acolhida por um longo período e pudesse ser cuidada por uma família. Assim, por meio da presente ação, documenta sua decisão.

A Requerente possui outros dois filhos, de seu antigo companheiro, um menino com **XX** anos de idade e uma menina com **XX** anos de idade, que residem em sua companhia e não recebem auxílio financeiro em qualquer área.

Relata a Requerente que a concepção não foi planejada e nem desejada, especialmente em razão de sua condição social. A decisão de entrega foi tomada desde o início, tendo ela procurado a Vara da Infância e Juventude ainda no início da gestação.

Informa a Requerente que seus filhos perceberam a gestação, mas que optou por não conversar com as crianças, não desejando que eles tomem conhecimento de sua decisão.

Declara que trabalha como **PROFISSÃO**. Não revelou aos colegas de trabalho a gestação e tampouco a decisão de entrega, escondendo os fatos por temor do julgamento social. Informa que também não os revelou à comunidade onde reside, por temor de represálias sociais e do estigma em razão da entrega “de um filho”.

Nessa esteira, a requerente deseja que o ato de entrega da criança a esse Juízo **receba o caráter sigiloso**, para evitar exposição social, além de preservar a intimidade da criança.

A Requerente concluiu que **NÃO** deseja exercer o poder familiar da criança e, assim, não pretende exercer a maternidade em relação ao infante. Nesse sentido, afirma que a decisão de entrega foi amadurecida durante a gravidez e que, após o parto, embora tenha recebido proposta de ajuda de um membro da família extensa, concluiu que a entrega em adoção seria a melhor decisão a ser tomada. Deseja que a criança tenha uma família que possa lhe proporcionar condições para desenvolvimento adequado e feliz, sendo entregue com celeridade a uma família que a cuide e ame.

A Requerente deseja fazer laqueadura por não querer ter novos filhos, mas afirma que está encontrando dificuldades junto a rede pública de saúde. Ademais, afirmou seu desejo de fazer acompanhamento psicológico.

Nota-se que, após a manifestar o interesse de entregar o filho em adoção, logo no início da gestação, foi visitada por representante da Vara da Infância e Juventude e ouvida por técnico integrante da SEFAM. Após alta hospitalar, foi atendida por psicólogo, por meios eletrônicos.

Ressalte-se que, ao ser avaliada por integrante SEFAM, a Requerente reafirmou a decisão de entrega da criança, tendo sido ouvida e considerada apta para manifestação de vontade por aquele serviço técnico especializado. Então, foi encaminhada ao núcleo da Defensoria Pública para propositura da presente Ação.

Registra a Defesa que a requerente, mesmo orientada acerca do ato da entrega, especialmente no aspecto jurídico, não se viu demovida da ideia de entregar a filho em adoção perante esse Juízo, dentro do que preceitua o art. 19-A, do

ECA. Nessa oportunidade a Requerente também foi informada da possibilidade legal de mudança de intenção e que, caso ocorra, deverá fazê-lo na audiência prevista no art. 166, §1º, do ECA.

Assim, convicta de sua decisão de não exercer o poder familiar e entregar a filho para adoção, pugna-se pela extinção de seu poder familiar em relação a criança.

DAS PROVAS

Nos termos do art. 319, VI, do CPC, informa que presente demonstrar a verdade dos fatos por todos os meio em direito admitidos, em especial pelos documentos já acostados aos autos.

DO DIREITO

A Lei n. 13.509/2017 previu o instituto da entrega voluntária, acrescentando o art. 19-A do ECA. Com isso, havendo as devidas orientações e observando-se as formalidades legais, é cabível a extinção do poder familiar por ato voluntário. Há de se ressaltar que esse instituto tem um viés duplo: ao mesmo que tempo que respeita a dignidade da mulher e o seu desejo de não exercer a maternidade, também confere proteção integral à criança e atende ao seu melhor interesse, permitindo que se desenvolva de forma plena e integral em família substituta.

Demais disso, o presente pedido encontra amparo legal também nos artigos 28, 39 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ressalte-se que a Requerente manifestou seu desejo antes e depois do parto, tendo recebido todas as orientações devidas e sido ouvida pela SEFAM, preenchendo todos os predicados legais.

Sendo assim, a pretensão da requerente encontra amparo legal, o que torna plenamente possível que seu poder familiar seja extinto.

DO SIGILO

A Requerente deseja que lhe seja garantido **o sigilo**, nos termos do art. 19-A, §9º, do ECA.

Determinado o sigilo, muito mais que respeitar o direito à intimidade da requerente e sua segurança, **é medida que visa proteger integralmente a criança, a exposição pública desnecessária, e especialmente preserva seu superior interesse.** Assim, mostra-se razoável que esse Juízo decrete o sigilo absoluto de seus dados, impedindo qualquer violação.

DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

1. O recebimento da presente petição e documentos;

2.O apensamento da presente ação aos autos da Medida de Proteção;

3.A decretação do sigilo dos presentes autos;

4.A designação da audiência para sua oitiva e de ratificação de vontade, por meios eletrônicos, com a celeridade que o caso requer;

5.A abertura de vista ao Ministério Público para se manifestar, atendendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

6.O cadastramento da criança para adoção, atendendo assim aos interesses primários e superiores dela, sendo feita apresentação e entrega com celeridade, como deseja a Requerente;

7.A aplicação de medida protetiva a Requerente, para acompanhamento terapêutico, e o encaminhamento de ofício à rede de saúde para realização de laqueadura.

8. Por sentença, a declaração da extinção do poder familiar da requerente em relação à criança;

Dá à causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXX) para fins de efeitos fiscais e legais.

Termos em que pede e espera deferimento.

XXXXXX/DF, XX/XX/XXXX.

FULANO DE TAL

Requerente